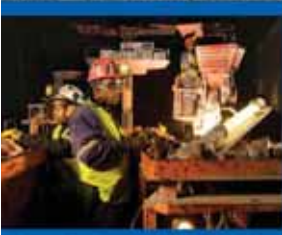




ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 13 No 3 Abril 2011



Determinação para a segurança alimentar

por Kizito Sikuka

POLÍTICA	3
ECONOMIA	4
INFRASTRUCTURA	5
TURISMO	6
ENERGIA	7
SUMÁRIO DA POLÍTICA	8-9
ENERGIA	10
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	11
GÉNERO	12
CHINA-ÁFRICA	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

A **HISTÓRIA** de sucesso da África Austral em converter-se de uma região deficitária de alimentos para uma zona excedentária de produção de cereais, ilustra a forma como as políticas agrícolas são fundamentais para o aumento da produção e para a melhoria da segurança alimentar na região.

Desde a adopção de vários compromissos agrícolas, tais como a Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar, em 2004, a maioria dos Estados Membros da SADC tem registado boas colheitas a cada ano.

Um relatório recente sobre o estado de vulnerabilidade à insegurança alimentar e a pobreza na SADC reconhece que, além de "as chuvas geralmente boas" vários Países estão implementando diferentes

tipos de programas para aumentar a produtividade.

Essas estratégias incluem maiores investir na melhoria de insumos agrícolas, como sementes e fertilizantes, bem como programas de subsídios direccionados aos agricultores que resultam no acesso a insumos e meios agrícolas com taxas mais baratas.

Países como o Malawi, Zâmbia e Zimbábue, que têm vigorosamente implementado programas de subsídios, tem visto a sua produção a aumentarem progressivamente.

Por exemplo, a produção de milho na época agrícola 2007/08 triplicou, passando de cerca de 1,2 milhões de toneladas para 3,4 milhões de toneladas no Malawi. Este extraordinário aumento na produção tem ajudado a consolidar o orçamento do País que passou a poupar anualmente

mais de 120 milhões dólares norte-americanos que eram usados na importação de alimentos.

Alguns Estados Membros da SADC também alocam, pelo menos, 10 por cento dos seus orçamentos nacionais à agricultura e desenvolvimento rural para melhorar a segurança alimentar na região.

Esta intervenção está em conformidade com a declaração da União Africana que apela para que se faça um investimento adequado para a agricultura.

Esforços têm sido intensificados para melhorar infra-estruturas como estradas e ferrovias para promover o movimento de excedente de alimentos para áreas deficitárias de forma mais eficiente e mais barata.

continua na página 2...



Determinação para a segurança alimentar

continuação da página 1...

A grande dimensão da região e as diversas variações agro-ecológicas e climáticas garantem um bom potencial de produção em algumas partes da região durante um determinado ano, daí a necessidade de se movimentar o excedente da produção para áreas que requerem alimentos adicionais.

O comércio transfronteiriço tem desempenhado um papel fundamental neste contexto, permitindo que a região seja auto-suficiente em alimentos.

Outra intervenção importante que tem sido empregada pela SADC para evitar a insegurança alimentar na região tem sido a criação de unidades de armazenagem agrícola, tais como silos.

Os silos têm ajudado os Países membros à armazenarem as suas colheitas e excedentes de cereais para uso em épocas pobres. Um estudo recente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que a maioria dos países da África Austral perde até 40 por cento da sua produção após a colheita por causa de instalações inadequadas de armazenamento.

Para melhorar a segurança alimentar na região, a SADC tem incentivado os Países a continuar a produzir outros cereais tradicionais como o soja e cevada, bem como culturas não cerealíferas como mandioca e banana.

Esta mudança do milho que é claramente uma cultura vulnerável a seca ajudou a África Austral a evitar a fome devido a seca persistente que tem sido agravada pela crise financeira global e pelos efeitos das mudanças climáticas.

Segundo um relatório da SADC sobre o estado de segurança alimentar, registou-se um aumento de 32 por cento na produção de cereais, entre 2005 e 2009. (Veja tabela).

No período em análise, o maior aumento foi registado em Botswana (embora não seja um grande produtor de cereais na SADC), ilustrando assim a forma como todos os Países estão trabalhando para aumentar a produção e melhorar a segurança alimentar nos seus respectivos

Países, bem como em toda a região da SADC.

Para a época 2010/11, os excedentes de cereais na SADC estão estimados em 2,3 milhões de toneladas, e vários Estados-Membros esperam obter uma boa colheita.

A África do Sul estima que terá um excedente de milho de cerca de 6.000.000 toneladas, o que pode ser exportado para Países vizinhos que precisarem de importação adicional.

No entanto, apesar do registo de excedente de cereais na região, o número de pessoas que necessitam de assistência alimentar e não alimentar na SADC continua a ser uma característica normal, devido a vários factores.

Esses factores incluem os elevados preços dos combustíveis, insumos agrícolas e alimentares, bem como a baixa renda, os baixos preços de algumas das colheitas e surtos de doenças animais.

A SADC está a trabalhar no sentido de resolver alguns destes desafios através da bonificação de programas de importação, bem como melhoraria dos preços para produtos de rendimento.

Para lidar com as secas, os Estados membros da SADC têm intensificado os esforços para investir na irrigação, uma vez que a dependência excessiva da agricultura de sequeiro tem tido impacto na produção agrícola.

Por isso, é importante que o caminho a seguir seja a promoção de centros de produção sustentável de alimentos, promoção de tecnologias de irrigação adequada e

de boa gestão e uso eficiente dos limitados recursos hídricos.

Assim, o desenvolvimento de infra-estrutura regional da água torna-se importante, pois não só vai garantir a segurança da água para irrigação, mas também seriam usados para outras demandas, incluindo a produção de energia, meio ambiente, mitigação de cheias, abastecimento doméstico de água e saneamento.

O potencial para irrigar a terra na região da SADC é grande uma vez que região está extremamente dotada de cursos de água, como as Bacias do Congo, Limpopo e Zambeze.

Para aumentar a produção, alguns Países da SADC iniciaram reformas agrárias uma vez que a terra é um dos mais importantes factores primários de produção para a maioria dos Estados-Membros

A terra é o factor mais limitativo para o alcance da segurança alimentar sustentável a nível nacional e familiar.

Daí que a garantia do acesso à terra e à segurança da sua posse constituem as condições essenciais para permitir que os produtores invistam na terra, melhorem a produtividade das suas fazendas e melhorem a sua subsistência.

A Cimeira Extraordinária sobre Agricultura e Segurança Alimentar, realizada em Da-es -Salaam em 2004, concordou que os Estados-Membros devem acelerar as iniciativas de política de reforma agrária.

No entanto, o progresso tem sido lento em alguns Países devido

à falta de recursos financeiros suficientes para a compra de terrenos a preços de mercado, que são frequentemente muito elevados.

O Conselho de Ministros da SADC aprovou em 2010 a criação do Centro de Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola da África Austral (CCARDESA) para coordenar a pesquisa agropecuária, geração de tecnologias e divulgação de informações de pesquisa.

A criação de uma organização sub-regional para este efeito é parte da implementação do Programa Multilateral de Produtividade Agrícola da SADC (MAPP), cujo objectivo é promover a produção e a produtividade agrícola, com a finalidade de reduzir a insegurança alimentar na região.

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral e a SADC identificou este sector como uma prioridade para o desenvolvimento.

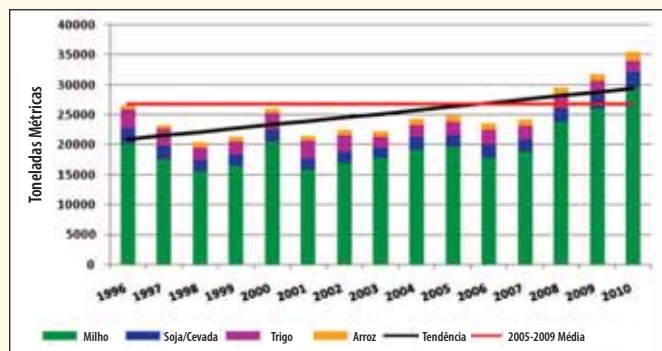
A Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar, que tem sido objecto de revisão, identifica uma série de áreas prioritárias em que a África Austral deve centrar-se a curto prazo (2004-2006) e a médio e longo prazo (2004-2010) para alcançar a segurança alimentar na região.

Medidas a curto prazo incluem a disponibilidade e acesso aos principais insumos agrícolas para os agricultores, constituído por variedades de sementes melhoradas, fertilizantes, agro-químicos, serviço de preparo e implementos agrícolas.

A médio prazo e longo prazo, os líderes da África Austral concordaram em cumprir a meta da União Africana de destinar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais à agricultura e desenvolvimento rural.

Um relatório recente elaborado pelos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar da SADC refere que a implementação da declaração tem contribuído significativamente para a segurança alimentar na região e alguns Países tem tido boas colheitas nos últimos anos. r

Produção de cereais na região da SADC, entre 1996 e 2010



Fonte: Estado de vulnerabilidade à insegurança alimentar e a pobreza na SADC

Conselho de Ministros aprova orçamento Contribuições dos Membros baseadas no PIB

O CONSELHO de Ministros da SADC aprovou uma fórmula revista para a distribuição anual das contribuições dos Estados Membros que entra em vigor a 1 de Abril de 2011.

O Presidente do Conselho de Ministros da SADC, o Dr. Hage Geingob, disse que a fórmula revista foi desenvolvida em reconhecimento de aumentos significativos no crescimento económico dos Estados-Membros, medida pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

"A nova fórmula baseia a distribuição das contribuições dos estados membros na média anual do PIB dos últimos cinco, e não três anos, a fim de suavizar as variações no PIB, e mantém o limite de 20 por cento de base, excepto para os Estados-Membros com população de 500.000 habitantes ou menos", disse Geingob que é Ministro do Comércio e Indústria da Namíbia.

Desde Abril de 2003, as contribuições orçamentais dos Estados Membros da SADC tomavam em conta o nível relativo do PIB, que é visto como uma base mais justa e sustentável.

O Conselho aprovou um orçamento de 83,5 milhões dólares norte-americanos para 2011/12 destinado para as instituições da SADC, que é 10 por cento superior ao montante estabelecido para o ano financeiro de 2010/11 que é de 76,3 milhões dólares. Este orçamento visa facilitar a implementação de intervenções em programas aprovados e serviços corporativos.

Para este orçamento, os Estados-Membros devem fornecer 26 milhões de dólares referentes as suas contribuições anuais.

Eles também deverão contribuir com mais 3,4 milhões de dólares e ainda 2 milhões para o pagamento dos encargos da sede da SADC e Projectos transfronteiriços de HIV e SIDA, respectivamente.

Após a abertura da sede da SADC em Novembro de 2010 pelos Chefes de Estado e de Governo, os Estados-Membros têm assumido uma obrigação financeira adicional em base recorrente para os próximos 15 anos.

Papel da Conferência Consultiva vai ser revisto

CONSELHO DE Ministros da SADC mandou a Tróika para analisar "o papel e as modalidades de funcionamento da Conferência Consultiva", na sequência dos desafios que levaram ao adiamento da conferência que estava agendada para o Lesotho em 2010.

Em Agosto de 2010, o Conselho tinha aprovado que a Conferência Consultiva da SADC e os seus Parceiros de Cooperação Internacional (PCI) deveria ser realizada em Maseru, em Outubro do ano passado sob o tema " Crise Financeira e Económica Global: Impactos e Lições para a integração económica regional da SADC."

No entanto, os PIC, através da delegação da União Europeia, em Gaborone,

Os parceiros de desenvolvimento deverão contribuir com 51,5 milhões dólares para o orçamento aprovado para o ano fiscal de 2011/12, ou 72,36 por cento da quantidade solicitada para o exercício seguinte.

Todos os Estados-Membros, com excepção de Madagáscar, têm as suas quotas anuais actualizadas na SADC. tem contribuições pendentes para os anos 2009/10 e 2010/11.

"O Secretariado da SADC continua a pressionar o Madagáscar sobre o assunto porque, embora esteja suspenso até o seu retorno à normalidade constitucional, o Madagáscar ainda é um Estado

Membro da SADC e esta organização continua a gastar os seus recursos para ajudar as pessoas de Madagáscar na resolução da situação que prevalece actualmente no seu País", afirmou Geingob.

Ele disse que o Conselho instruiu o Secretariado para continuar a pressionar o Madagáscar e reportar aos ministros na sua próxima reunião em Agosto.

O Conselho de Ministros foi criado pelo artigo 11 do Tratado da SADC para supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da SADC, monitorar a implementação das suas políticas e a execução de seus programas.

As suas atribuições incluem aconselhamento a Cimeira sobre questões de política geral, funcionamento eficaz e harmonizado e desenvolvimento da SADC, aprovando as políticas, estratégias e programas de trabalho, bem como coordenar e supervisionar as operações das instituições subordinadas da SADC.

O Conselho reúne-se ordinariamente duas vezes por ano, primeiro por volta de Fevereiro / Março para avaliar a implementação das suas decisões anteriores, incluindo as despesas financeiras das instituições da SADC, bem como aprovar o orçamento das mesmas instituições para o ano fiscal seguinte, que começa anualmente a 01 de Abril.

O Conselho reúne-se novamente em Agosto para preparar a Cimeira anual Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, incluindo deliberar sobre questões estratégicas da integração regional. r

Economia da SADC vai crescer em 2011

ÁFRICA AUSTRAL continua a fazer uma recuperação gradual desde a crise financeira global que afectou grande parte do mundo desde 2008.

As previsões económicas feitas pela maioria dos Estados Membros da SADC revelam que a economia regional deverá, mais uma vez experimentar um crescimento em 2011, uma vez que alguns sectores importantes como a agricultura, mineração e manufacturas começaram a recuperar da recessão económica.

Por exemplo, Angola prevê que a sua economia cresça 7,6 por cento este ano. O Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, apontou o elevado preço do petróleo no mercado internacional como um dos principais contribuintes para o crescimento económico.

Angola produz cerca de 1,9 milhões de barris de petróleo por dia, e no ano passado superou a Nigéria como maior produtor de petróleo do continente.

O Botswana prevê um crescimento económico de cerca de 6,8 por cento em 2011 e de 7,1 por cento no ano seguinte.

O Ministro das Finanças, Kenneth Matambo, disse que a recuperação do sector de mineração e uma perspectiva de crescimento estável no resto da economia faz com que a perspectiva económica do Botswana seja boa.

"As vendas de diamantes em 2010 eram 33 por cento superiores que em 2009. Nós esperamos melhorar as vendas de diamantes em 2011 e além, com a recuperação do mercado de diamantes para os níveis da pré-recessão em 2013", disse ele.

Ele foi, porém, rápidos em apontar que o crescimento da economia do Botswana, a médio e longo prazo, ainda está muito dependente do sector de mineração, e instou o País a prosseguir os seus esforços de diversificação para outros sectores.

Os dados disponíveis mostram que todos os Países

que diversificaram para outros sectores não foram duramente afectados pela crise financeira mundial, e os estados Membros da SADC beneficiariam mais caso alargassem a sua base económica para assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

Outro País da SADC, que prevê um aumento do crescimento económico em 2011 é o Malawi com uma meta fixada em 6,2 por cento.

No ano passado, o aumento foi de 7,2 por cento e Ministro

crescimento de 7,2 por cento este ano, com o Primeiro-Ministro, Aires Ali, a indicar que o crescimento será impulsionado por um melhor desempenho da agricultura.

Ele disse que o País pretende incrementar cerca de 2,4 bilhões dólares norte-americanos das exportações, um aumento de 15 por cento.

A maior economia da SADC, a África do Sul, fez uma previsão de crescimento económico de 3,4 por cento este ano.

produção de cobre suba para 850.000 toneladas este ano, contra as cerca de 750.000 toneladas do ano passado, devido à expansão de algumas das minas.

O Ministro das Finanças do Zimbabwe, Tendai Biti, anunciou ao apresentar o orçamento de 2011 que a economia nacional do País deverá crescer 9,3 por cento este ano

A economia cresceu em 2009, pela primeira vez em uma



das Finanças, Ken Kandodo, disse que a ligeira queda deveu-se à desaceleração da indústria manufactureira e de telecomunicações.

As boas colheitas e o crescimento consecutivo no sector manufactureiro têm ajudado a impulsionar a economia do Malawi nos últimos anos.

As Maurícias também esperam um crescimento económico de mais de 4 por cento em 2011. O País depende fortemente da indústria têxtil, turismo e das exportações de açúcar, embora também tenha um florescente centro financeiro e diversificação para outros sectores, como tecnologia da informação.

Essa diversificação tem ajudado a amortecer o impacto do turismo uma vez que este foi um dos sectores mais atingidos pela crise económica. O turismo gera cerca de 10 por cento do PIB das Maurícias.

Moçambique tem a previsão de um crescimento de

A República Unida da Tanzânia, disse que a sua economia crescerá 7,2 por cento este ano, contra os 7,0 por cento estimados em 2010.

Um último relatório do Bureau Nacional de Estatísticas aponta enormes melhorias nos transportes, construção e no sector das comunicações como os principais contribuintes para este aumento.

O transporte e o desempenho impressionante de comunicação são vistos como um dos factores do aumento no volume de mercadorias manuseadas, especialmente nos postos de fronteira, como o porto de Dar-es-Salaam.

A Zâmbia e o Zimbabwe são os outros dois Países da SADC, que prevêem um crescimento económico em 2011.

A Zâmbia espera um crescimento de cerca de 6,5 por cento impulsionado pela subida nos preços do cobre e melhorias na agricultura.

Ministro de Mineração, Maxwell Mwale, espera que a

década, em cerca de 4,7 por cento. Em 2010, o aumento deveria ser de 8,1 por cento.

Biti citou o aumento da produção nos sectores de mineração e manufactura, o aumento da produção agrícola, principalmente o cultivo comercial de tabaco, bem como o registo dos elevados preços do ouro no mercado internacional como os principais contribuintes para este aumento.

No entanto, analistas disseram que as sanções económicas impostas ao Zimbabwe pelos estados Unidos e pela União europeia têm contribuído significativamente para retardar o programa nacional de recuperação económica.

Com base nas projecções económicas dos Países da SADC, a região está saindo da crise financeira global e a sua missão agora é garantir que essa recuperação seja mantida caso pretenda alcançar o desenvolvimento sustentável na região. *sardc.net* r

Corredor Norte-Sul vai impulsionar o comércio na África oriental e austral

A **INICIATIVA** de desenvolvimento de infra-estruturas do Corredor Norte-Sul a ser implementada pelo COMESA, EAC e SADC está registar progressos.

No âmbito desta iniciativa, as três comunidades económicas regionais, vão reabilitar infra-estruturas essenciais, tais como linhas férreas e postos fronteiriços na África Oriental e Austral.

Mais de 1,2 biliões dólares norte-americanos foram



mobilizados inicialmente para implementar o Projecto do Corredor Norte-Sul. Os planos incluem a construção de mais de 8.000 km de estradas, reabilitação de 600 km de linhas férreas e modernização do porto de Dar-es-Salaam, na República Unida da Tanzânia - um dos maiores e mais movimentados portos em África.

Numa reunião realizada na Zâmbia, no ano passado, os chefes das agências de desenvolvimento rodoviário ou departamentos de estradas do COMESA, EAC e SADC identificaram 19 projectos prioritários de estrada que foram submetidos ao Grupo de Trabalho Tripartido para serem financiadas pela conta do Fundo Tripartido.

Os fundos necessários permitiriam manter em bom estado toda a rede rodoviária em toda a sua extensão entre Dar-es-Salaam e Durban, e em seguida, seriam suficientes para manter a estrada nessa condição até 2030.

Os custos iniciais (primeiro ano) de manutenção e de reabilitação são estimados em cerca de 1,25 bilião de dólares, uma vez que precisam de ser feitos significativos trabalhos de recuperação e manutenção em atraso.

No entanto, uma vez que o atraso inicial está a ser atacado, os custos anuais de manutenção reduziram significativamente para os próximos 20 anos.

No segundo ano, os custos de manutenção de toda a rede (excluindo as estradas da África do Sul) estão estimados em cerca de 75 milhões dólares norte-americanos.

Como a manutenção periódica adicional precisa ser feita, os custos sobem de tal maneira que, os custos de manutenção no sexto ano serão de cerca de 600 milhões de dólares, caindo para cerca de 450 milhões no sétimo ano.

Foi também feito progresso no sentido de lançar o conceito de posto fronteiriço de paragem única que visa reduzir a quantidade de tempo gasto pelas pessoas e motoristas de camiões e o desalfandegamento de mercadorias nos postos de fronteira na região.

A luz do regime de posto fronteiriço de paragem única, os passageiros são sujeitos a apenas a uma inspecção no País de entrada em contraste com a

situação actual em que os viajantes têm de ser inspeccionados em ambos os lados da fronteira.

O posto fronteiriço de paragem única em Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, foi formalmente inaugurado em Dezembro de 2009 como uma referência para a integração regional entre os Estados Membros da SADC.

Chirundu foi um dos postos fronteiriços seleccionados para a fase piloto da iniciativa de posto fronteiriço de paragem única que visa facilitar o comércio e livre circulação de bens e serviços entre a comunidade regional de 15 membros.

Um dos principais estrangulamentos ao desenvolvimento económico, alívio da pobreza e criação de emprego nas três regiões é o alto custo de negócios fora das fronteiras. O custo do transporte está directamente ligado ao custo das mercadorias ao consumidor final.

Estima-se que o custo médio que um camião de transporte espera para completar as formalidades alfandegárias num posto de fronteira na região da SADC, COMESA e EAC está entre 400 e 500 dólares norte americanos por dia. Alguns camiões levam até cinco dias para sair de uma fronteira,

o que aumenta os custos finais dos transportadores e dos importadores.

A outra grande preocupação para o grupo tripartido SADC-COMESA-EAC é a reabilitação das infra-estruturas de transporte que tem sido tradicionalmente feita de forma isolada, o que significa que não existe uma coordenação de projectos para melhorar a rede viária.

O conceito de corredor Norte-Sul visa suprir esta deficiência por ter um número de projectos que estão inter-relacionados e que tratam de infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias, reduzindo o tempo necessário para atravessar os postos fronteiriços, infra-estrutura portuária e, mais tarde, energia e infra-estrutura de Tecnologias de Informação e Comunicação. r

África do Sul vai gastar 800 biliões de Rands em infra-estrutura

A **ÁFRICA** do Sul vai gastar mais de 800 biliões de Rands ao longo dos próximos três anos em novas centrais eléctricas, redes de estradas, represas e condutas de abastecimento de água, instalações portuárias e ferroviárias, escolas, hospitais e prédios do governo, afirmou o Ministro das Finanças, Pravin Gordhan.

Os projectos prioritários incluem a estação de energia Medupi que tem capacidade para produzir cerca de 4.700 megawatts de electricidade. Outros projectos são o gasoduto multi-produto Transnet, que vai garantir o fornecimento de combustível no interior e um regime de melhoria da auto-estrada, que já diminuiu significativamente o congestionamento nas estradas de Gauteng. *BuaNews* r

Ponte Samora Machel reabre para o negócio

A **REABILITAÇÃO** da ponte Samora Machel sobre o rio Zambeze, na cidade ocidental de Tete, em Moçambique, foi feita para que esta ponte dure mais 30 anos, afirmou o vice-Ministro das Obras Públicas, Francisco Pereira, na cerimónia de reabertura a 30 de Janeiro.

A ponte é parte da estrada principal entre o Zimbabwe e Malawi, e foi fechado em 2008

para reformas. No entanto, devido à sua importância para a economia regional, algumas condições foram postas em prática para garantir que a ponte não fosse totalmente fechada para o tráfego.

O custo total para a reparação é estimado em cerca de 23 milhões de dólares norte-americanos. Em média, cerca de 800 camiões utilizam a ponte diariamente. *AIM* r

Fórum de Promoção de Investimentos e Turismo na SADC

Potencial turístico completo precisa de promoção conjunta e infra-estrutura de desenvolvimento

A **ÁFRICA** Austral tem um enorme potencial turístico completo que precisa de um forte investimento em infra-estruturas essenciais, como estradas, para promover a circulação das pessoas e bens na região.

O Director de Infra-estruturas e Serviços da SADC, Remi Makumbe, disse num recente Fórum de Promoção de Investimentos e Turismo da SADC, em Bruxelas, que é possível ter infra-estruturas perfeitas caso haja mudança de paradigma no financiamento das infra-estruturas e serviços turísticos.

A "promoção de pacotes turísticos regionais, com base na comercialização conjunta da SADC como um destino único" é também crucial para impulsionar as chegadas à região, disse Makumbe.

"É imperativo que nos comprometamos plenamente no desenvolvimento de infra-estruturas que permitam

desbloquear as oportunidades em diferentes estâncias exóticas", disse ele, acrescentando que "isto irá, sem dúvidas, melhorar a nossa competitividade tendo em conta que a corrida global para os turistas continua a ser uma realidade."

Essa mudança poderia ser alcançada através do estabelecimento de fortes parcerias público privadas (PPPs), que são críticas para o desenvolvimento sustentável uma vez que elas promovem uma situação de vencedores colectivos tanto para o interesse público e como para o parceiro privado.

Makumbe disse que enquanto infra-estruturas físicas, tais como estradas "facilitam um confortável acesso e transparente para as nossas estâncias turísticas", há também necessidade da SADC intensificar os seus esforços para melhorar os aspectos relacionados com a questão dos

vistos, imigração e facilitação transfronteiriça."

A SADC identificou uma série de projectos de facilitação para impulsionar as chegadas. No entanto, vários desafios dificultam o processo de implementação.

Estas iniciativas incluem planos para o lançamento de um visto único na SADC (Univisa) que permite que os turistas de fora da região obtenham somente um visto para visitarem todos os Países da SADC.

Cinco Estados-Membros estão liderando o processo de execução - Botswana, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e Zimbábwe.

Outras iniciativas são o investimento em infra-estruturas turísticas, com especial ênfase sobre as Áreas de Conservação Transfronteiriça (ACTFs), promovidas ao abrigo da iniciativa "África Austral Ilimitada" que foi o projecto âncora da estratégia de turismo para Copa do Mundo de Futebol realizada em 2010 na África do Sul.

O Programa de Promoção de Investimentos da SADC 2010, que foi lançado pela cimeira da SADC em 2009, é outro projecto, bem como a implementação de projectos de eficiência transfronteiriça e a criação de postos de fronteira e sem descontinuidades através do conceito de Posto Fronteiriço de Paragem única (OSBP).

Makumbe pediu mais cooperação entre a SADC e a União Europeia uma vez que a Zona Euro "continua a ser a principal fonte de mercado para o turismo na SADC. Apelamos aos nossos parceiros europeus a considerar que confirmam um "estatuto de destino preferido 'para a nossa região'".

A região da SADC continuará a se concentrar na comercialização da África

Austral como um destino único do turismo "a medida que buscamos maximizar as nossas oportunidades com base na colectividade como uma região", disse Mukumbe.

"Nós continuamos a demonstrar os nossos produtos turísticos, que são caracterizados por produtos exclusivos, esplendor inigualável e uma calorosa recepção com impressões duradouras. A nossa expectativa é que o turismo possa mudar o ritmo e o curso das economias dos 15 Países da SADC, e que o turismo se torne o epicentro do ressurgimento do nosso crescimento económico, guiado pela nossa visão comum, valores, destino e um futuro compartilhado."

O turismo é um factor na economia da maioria dos Países da SADC, e a região está dotada de inúmeras atrações.

Estas incluem o Victoria Falls entre a Zâmbia e o Zimbábwe, o deserto do Namibe, na Namíbia, o Monte Kilimanjaro, na Tanzânia e Cape Town, na África do Sul, locais históricos, tais como Great Zimbabwe e Ilha de Moçambique, as praias costeiras, parques e reserva de caça cheias de vida selvagem, dramática paisagem, e da rica cultura tradicional de toda a região.

O Fórum de Promoção de Investimentos e Turismo na SADC, realizado em meados de Fevereiro, foi organizado em nome dos Estados-Membros pelo Secretariado da SADC com o apoio do Grupo de Embaixadores da SADC, na Bélgica.

Outros parceiros foram a União Europeia, ACP / UE e PROCINVEST. Partes interessadas relevantes, tais como a Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA) também participaram no fórum. r

SADC na construção da imagem turística

A **ORGANIZAÇÃO** Regional do Turismo da África Austral (RETOSA) diz que a região está trabalhando para melhorar a imagem de cada País de forma a melhorar o fluxo do turismo na SADC.

O Director Executivo, Francis Mfune, fez esta afirmação em Harare durante um encontro de cortesia com a Vice-Presidente do Zimbábwe, Joyce Mujuru,.

Ele disse que alguns Estados-membros foram confrontados com os desafios da imagem que estão impedindo o crescimento do turismo, apesar das atrações turísticas naturais e da rica cultura que oferecem.

Ele disse que os Países membros devem melhorar a sua



Festejos do Carnaval nas Seychelles

imagem através da participação em carnavais regionais e internacionais e exposições de turismo, tais como o realizado nas Seychelles.

O Carnaval das Seychelles foi realizado de 4-5 de Março e atraiu numerosos Países da região. r

Sistema regional de comercialização de energia está activo

O **RECÉM-LANÇADO** sistema de negociação competitiva de energia regional no sentido de impulsionar o intercâmbio de energia eléctrica em toda a região está a registar progressos graduais, com mais comércio entre os países-membros.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas dos Estados na região da SADC, afirmou que um trabalho significativo foi efectuado desde que foi aberto o Dia do Mercado Antecipado (DAM) para negociação ao vivo a 15 de Dezembro de 2009.

A venda total de 367.704 Megawatt por hora (MWh) e a compra de 156.787 MWh foram feitas na plataforma de negociação do DAM a partir de Janeiro. (Veja tabela)

O SAPP afirmou que 41.519 MWh foram obtidos na plataforma de negociação do DAM. No entanto, somente 26.040 MWh foram negociados, o que representa aproximadamente 1 por cento da quota de mercado.

"Um total de 15.479 MWh foram obtidos, mas não podiam ser negociados devido a limitações de transmissão. Isso representa 37,3 por cento do que foi combinado", disse o SAPP.

O SAPP referiu que as receitas eram boas acrescentando que no seio do mercado foram conseguidos mais de 60 por cento do tempo para uma média de cerca de 20 horas num dia.

Em alguns dias, o mercado cruzado operou 24 horas e o preço médio foi de 14 centimos por cada hora do Kw (14 USc/KWh).

As negociações dos preços são definidas pelo vendedor e administradas pelo SAPP. O

resto do comércio é feito por contratos bilaterais de longo prazo com taxas fixas.

Os preços também são definidos com base na demanda e oferta entre os serviços públicos nos Países onde o SAPP opera.

O SAPP refere que a participação das empresas membro subiu para oito contra os anteriores cinco de Setembro de 2010 e seis das empresas estão activas numa base diária. Espera-se que mais empresas integrem o grupo brevemente.

No entanto, vários desafios têm sido observados no comércio de DAM. Estes

Sumário das propostas submetidas até 31 de Janeiro de 2011



Fonte: SAPP

incluem diferenças de preços entre compradores e vendedores, baixa e inconsistência participação dos membros e balanceamento das prioridades nacionais. r

SAPP espera produzir 1,250 MW em 2011

A **ÁFRICA** Austral espera implementar seis projectos de energia que irão acrescentar cerca de 1,250 Megawatts (MW) de electricidade para a região em 2011.

A energia virá da África do Sul, que pretende produzir um total de 530 MW e o Zimbabwe, 300 MW. Angola vai contribuir com 150 MW, a República Democrática do Congo, com 80 MW, enquanto o Botswana vai acrescentar cerca de 120 MW e a Namíbia cerca de 20 MW.

No entanto, cerca de 1,110 MW de energia nova será adicionada à rede regional uma vez que Angola ainda não está ligada à rede que é gerida pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral.

Em 2010, o SAPP acrescentou cerca de 1,110 MW de electricidade. No ano de 2009, o SAPP acrescentou um total de 2,187 MW, contra uma meta prevista de 2,400 MW.

As empresas dos Estados-membros identificaram uma

série de projectos prioritários para implementação nos próximos anos para resolver a situação de crise de energia na região. (Veja tabela)

Por exemplo, entre 2011 e 2015, o SAPP espera implementar projectos que acrescentarão cerca de 16, 870 MW de electricidade para a rede regional, permitindo que a região satisfaça a oferta e a procura.

A região da SADC tem sofrido escassez de energia que datam de 2006, devido a uma combinação de factores, incluindo a diminuição da capacidade de produção de excedente contra o aumento da procura.

A escassez actual ocorre apesar do enorme potencial de produção que existe na região desde hídrica, eólica, gás e energia solar. r

Reabilitação e novos projectos

No	País	NOVA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, MW					TOTAL
		2011	2012	2013	2014	2015	
1	Angola	150	0	260	260	0	670
2	Botswana	120	600	-	-	300	1,020
3	RDC	75	430	25	150	-	680
4	Lesotho	-	25	-	110	-	135
5	Malawi	-	-	64	150	100	314
6	Moçambique	-	-	150	600	750	1,500
7	Namíbia	23	83	103	-	800	1,009
8	RSA	530	288	3,105	1,721	2,890	8,534
9	Swazilandia	-	-	-	-	300	300
10	Tanzania	60	160	-	740	600	1,560
11	Zambia	-	6	360	120	34	520
12	Zimbabwe	290	-	20	55	355	720
TOTAL		1,248	1,592	4,087	3,906	6,129	16,962

Fonte: SAPP



ENERGIA NA ÁFRICA

Sumário da Política de Energia No. 5, Abril 2011

Segurança energética e a procura da auto-suficiência

1.0 Introdução

ÁFRICA AUSTRAL delineou há mais de duas décadas a sua estratégia de política energética em diversos documentos como o Protocolo da SADC sobre a energia (1996), a estratégia de Cooperação e Política de energia da SADC (1996) e o Plano de Actividades de energia da SADC (2000).

Apesar de agora estar desactualizado e já em análise, o quadro político pelo menos incentiva uma abordagem regional para o desenvolvimento do sector da energia. No entanto, esta abordagem até agora não tem sido apoiada por acções concretas no terreno, os Estados-Membros optam frequentemente por aquilo que pode parecer opções mais fáceis de curto prazo em função da escassez actual, opções que na realidade são insuficientes para lidar com as necessidades de energia da região a longo prazo.

2.0 Contexto Actual

O Grupo de empresas de electricidade da África Austral (SAPP) informou no início de 1999 que a demanda por energia na SADC estava a aumentar mais rápido que a capacidade de produção. Este grupo alertou que a região enfrentaria escassez a partir de 2007, salvo se uma acção imediata fosse desencadeada para investir em novas capacidades de produção.

O Conselho do SAPP condenou a falta de grandes investimentos no sector de energia da África Austral nos últimos 20-30 anos.

A média regional de crescimento das necessidades de energia eléctrica é actualmente estimada em cerca de cinco por cento por ano contra o baixo índice de projectos destinados a impulsionar a produção de energia. Isso resultou na carência de energia na maioria dos Países da SADC.

Procura de electricidade na SADC

No.	País	Empresa	Pico de Procura em 2009 [MW]	Pico de Procura em 2010 [MW]	Crescimento da procura [%]
1	Angola	ENE	668	724	8.4%
2	Botswana	BPC	503	553	9.9%
3	RDC	SNEL	1,028	1,081	5.2%
4	Lesotho	LEC	116	121	4.3%
5	Malawi	ESCOM	260	260	0.0%
6	Moçambique	EDM	435	501	15.2%
7	Namíbia	NamPower	451	449	-0.4%
8	África do Sul	Eskom	35,850	36,705	2.4%
9	Swazilândia	SEC	200	204	2.0%
10	Tanzania	TANESCO	705	802	13.8%
11	Zambia	ZESCO	1,498	1,500	0.1%
12	Zimbabwe	ZESA	1,403	1,469	4.7%
TOTAL SAPP			43,117	44,369	2.9%
Interligação total do SAPP			41,484	42,583	3.1%

Nota: A ZESA tinha suspenso a procura, caso contrário o seu pico seria de 2000MW

Fonte: SAPP

Como medida paliativa, o SAPP tem promovido o uso da gestão de políticas da procura (DSM) que em certa medida, conseguiram imobilizar a demanda total na região. Por exemplo, o crescimento da demanda de pico foi inferior a um por cento em 2008 em relação a 2007.

Com base na previsão de carga actual, exceptuando-se quaisquer medidas DSM, a região da SADC está preparada para continuar com o défice de produção até 2014, esperando-se que a situação comece a melhorar, caso sejam implementados atempadamente os projectos de produção já previstos.

Para além das medidas DSM, a SADC também tem procurado fazer investimentos em desenvolvimento de infra-estrutura de energia a longo dos últimos anos.

A maioria dos projectos de energia leva muito tempo, especialmente os grandes projectos regionais que podem levar até sete anos a partir da data do início da construção da central até a altura em que os consumidores começam a ligar as luzes nas suas casas.

3.0 Os Desafios e Oportunidades

O longo período que se levou antes que significativos investimentos fossem canalizados para projectos de energia de relevância regional e do padrão de início de projectos identificados até ao momento, sugere que existem inúmeros desafios que precisam de uma abordagem regional para o desenvolvimento de energia.

Evidentemente, o maior desafio é o enigma interesse nacional versus regional. Isto pode se manifestar como resultado de muitos factores. A escassez de energia pode facilmente ser uma batata quente, especialmente em épocas de eleição. Assim como a pressão dos consumidores é feita em casa, a tendência é muitas vezes a introspectiva, apostando-se em projectos menores, que são menos complexos e têm um tempo de duração mais curto. Mas será que isso é sempre a melhor opção?

Numa proposta de Plano do Grupo das Empresas de Electricidade com base em diferentes cenários e um horizonte de planeamento que se estende até 2020, o SAPP destacou os benefícios decorrentes da realização de projectos em conjunto como uma região em vez de Estados-Membros individualmente.

Esse caminho não só resultaria numa melhor coordenação e optimização, mas pouparia cerca de 48 biliões no horizonte de planeamento.

O segundo desafio é a falta políticas adequadas e a incompatibilidade de prioridades entre os Estados-Membros envolvidos. A implementação de projectos identificados tem sido lenta na medida em que alguns se tornaram moribundos devido a uma série de obstáculos políticos.

Por exemplo, a interligação Malawi, Moçambique, que foi um projecto prioritário por muitos anos e que já tinha um financiamento assegurado do Banco Mundial acabou ficando sem financiamento em 2010 devido a uma incompatibilidade de prioridades por parte dos dois Países envolvidos.

O Projecto Westcor de 3.500 Megawatt (MW) de energia que foi iniciado por cinco países - Angola, Botswana, RDC, Namíbia e



África do Sul - para extrair energia a partir de Inga na RDC, acabou ficando repleto de muitos obstáculos legais e políticos, até que acabou por ser arquivado em 2010.

Um terceiro desafio para projectos de energia regional está relacionado à preocupação com a segurança do contrato e segurança na transmissão, ou seja, a partir da fonte de energia ou das infra-estruturas em terceiros Países. Pagar energia de um país vizinho é uma coisa, obter energia quando ela necessária pode ser outra coisa uma vez que ela está sujeita a vários outros factores.

Países com electricidade deficiente geralmente não têm controlo sobre as infra-estruturas de transmissão para outros Estados-Membros, mas através dos quais passam as suas próprias importações. Por exemplo, a África do Sul não pode controlar o que acontece ao longo da rede regional, quando importa electricidade da RDC, embora seja pressuposto de que esta seja a responsabilidade do SAPP.

As recentes orientações desenvolvidas pela Associação Regional de Reguladores de Electricidade (RERA) e aprovadas pelos Ministros de Energia em Angola em 2010, oferecem uma oportunidade viável para atenuar a comercialização de energia transfronteiriça na região. Embora o SAPP até agora tem tratado de modo satisfatório os desequilíbrios quando eles surgem, os Estados-Membros têm de implementar as orientações da RERA, caso se pretenda que a maioria das preocupações de transmissão seja abordada de forma holística.

O quarto desafio é o quadro de acordos de fornecimento num mercado que é dominado pela ESKOM. Um acordo de fornecimento garante que um comprador possa efectuar a compra antecipada de energia eléctrica produzida pela empresa fornecedora ou utilitário. Muitas vezes os fornecedores no sector de energia usam os acordos para garantir que seus investimentos em centrais de energia sejam garantidos com sustentabilidade. Os acordos de fornecimento são uma necessidade para garantir financiamentos externos.

Um caso ilustrativo é a central de Mmamabula, no Botswana. Originalmente concebida para ser uma iniciativa regional que poderia adicionar 1.200 MW de energia à rede do SAPP, através da construção de uma central a carvão perto da fronteira com a África do Sul, o projecto acabou assumindo um foco bastante nacional. Devido às complexidades associadas com os acordos de fornecimento e por falta de energia eléctrica em casa, o Botswana baixou a dimensão do projecto para produzir apenas 300 MW para o mercado doméstico.

Um dos últimos desafios que impedem uma abordagem regional para projectos de energia tem a ver com os obstáculos legais em matéria de financiamento dos projectos. Isto em parte tem a ver com o facto de que diferentes Estados-Membros terem

diferentes instrumentos reguladores e que não existe uma entidade regional na África Austral que possa assinar acordos financeiros em nome dos Estados-Membros envolvidos em qualquer projecto regional.

Um caso ilustrativo é a linha de transmissão Zimbabwe, Zâmbia, Botswana, Namíbia (ZiZaBoNa) que liga os quatro Países. Enquanto o SAPP está actualmente a desempenhar funções de gestão e coordenação, a responsabilidade de angariar recursos financeiros foi deixada para os quatro Governos. O sucesso do projecto está, portanto, à mercê da capacidade de cada Estado-Membro de angariar os recursos necessários.

4,0 Conclusões e Recomendações

4.1 Conclusões

Em geral, a busca por segurança energética regional na SADC sempre envolveu um delicado equilíbrio entre os interesses nacionais e regionais. No meio de uma escassez aguda, os Estados-Membros têm vindo a tomar o caminho soberano de tentar alcançar a auto-suficiência nacional, ao invés de depender do fornecimento de outro País.

A atracção é geralmente o menor período de gestação de projectos nacionais em relação a grandes instalações energéticas regionais, que muitas vezes incluem vários Países, e envolvem negociações complexas entre os Países beneficiários e com potenciais financiadores.

No entanto, esta abordagem é apenas motivada por interesses parciais que vão contra o espírito da integração regional e, portanto, não no interesse de longo prazo da região.

4.2 Recomendações

- O Secretariado da SADC deve ser mais pró-activo e estar em condições para desempenhar um papel mais de catalisador e mediador regional na implementação de projectos de energia por forma eliminar os estrangulamentos políticos, bem como antecipar e lidar com esses obstáculos antes de se tornarem demasiado graves;
- O Secretariado da SADC e as instituições regionais como o SAPP e a RERA devem ter mandato para fazer cumprir com os compromissos regionais, incluindo sanções por incumprimento;
- Os Estados-Membros devem acelerar as reformas no sector de energia incluindo a adopção de regulamentos comuns para responder às preocupações sobre a segurança da infra-estrutura de transporte e tornar mais fácil a execução contratual do comércio transfronteiriço; e
- Tal como acontece com todos os esforços regionais, projectos de energia precisam de um suporte político regional para enfrentar com êxito os obstáculos políticos. □

Este sumário da política de energia é publicado pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, através da sua Embaixada em Maputo, Moçambique, como parte do Projecto Comunicando Energia na África Austral. O sumário da política de energia e outra informação relacionada está disponível na Biblioteca Virtual para África Austral www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento.

Energias renováveis: O caminho a percorrer

A **ÁFRICA** Austral como o resto do mundo está lentamente a apostar em energia renovável uma vez que a necessidade de fontes de energia limpa e alternativa está a ganhar impulso.

Este é também um reconhecimento de que os combustíveis fósseis e outras formas de energia como o carvão não vão durar para sempre, daí a necessidade de se preparar para o futuro.

De acordo com um estudo recente feito pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), a região da SADC continuará a precisar de mais energia no futuro para as suas necessidades de desenvolvimento.

As empresas de electricidade dos Estado-Membro, através do SAPP, identificaram uma série de projectos prioritários para implementação nos próximos anos com vista a resolver a situação energética na região.

A maioria destes projectos está direccionada para fontes de energia renováveis, como hidráulica, solar e eólica - que são menos poluentes para o meio ambiente em comparação com as outras formas, como carvão térmico.

Esses projectos incluem a hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa, em Moçambique, a hidrelétrica de Itezhi Tezhi, na Zâmbia, e o projecto de gás de Kudu, na Namíbia.

Outros projectos são o projecto de energia de Medupi / Kusile, na África do Sul, e o projecto hidroeléctrico de Inga, na República Democrática do Congo.

O projecto Inga tem o potencial para produzir cerca de 40.000 Megawatts (MW) de electricidade, o suficiente para atender as necessidades actuais de energia para toda a região da SADC.

A central hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa tem capacidade de adicionar cerca de 1.500 MW de energia nova na rede eléctrica regional.

Alguns destes projectos são candidatos para o financiamento de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), embora nem todos se tenham qualificado, devido à natureza complexa de candidatura para este financiamento.

Com base numa análise feita pela SADC, um total de 19.000 MW de projectos de produção de energia podem ser desenvolvidos no âmbito do MDL na região.

No entanto, segundo os dados disponíveis, a África do

Austral tem beneficiado a menor porção dos cerca de 7000 milhões de dólares norte-americanos do mercado de MDL anual, quando comparada com todas as regiões do continente.

A África do Sul representa a maioria dos projectos seguida pela República Unida da Tanzânia, RDC, Madagáscar, Maurícias e Moçambique

Alguns dos principais projectos de energia renovável na região da SADC incluem o projecto de energia eólica na África do Sul. O País planeia

produzir pelo menos 400 MW de energia eólica através de produtores independentes de energia até 2013.

A maioria das centrais estará localizada ao longo da costa oeste, que tem potencial para gerar cerca de 10.000 MW de electricidade. A Eskom, a concessionária nacional de energia, considera que a revolução eólica no País tem a capacidade de produzir 10 vezes que as estimativas oficiais de energia eólica.

A Namíbia anunciou planos para construir um parque eólico em Walvis Bay para gerar 300 MW de energia eléctrica até o final do ano.

Na Tanzânia, há planos para construir um parque eólico de 50 MW na região central do País, enquanto Moçambique também tem planos de investir mais em energia eólica.

No que diz respeito à energia solar, o Botswana planeia construir uma central de 200 MW solar. A central tem capacidade para atender uma parcela significativa das necessidades energéticas do País. As suas necessidades de consumo nacional de energia são de apenas cerca de 450MW.

Isto surge depois de uma história de sucesso no Madagáscar, uma ilha que embarcou num exercício de pequena escala solar para aproveitar e fornecer energia à população rural que não esteja ligada à rede eléctrica nacional.

Clinicas e hospitais rurais foram equipados com tecnologias de energia solar como pequenos painéis solares para produzir a sua própria electricidade num processo que lhes permite conservar vacinas e outros medicamentos vitais.

Embora os projectos de energias renováveis estejam ainda a ser implementado em larga escala em outros Países da SADC, estão em curso esforços para explorar formas de aproveitar a energia limpa, em conformidade com as normas internacionais. r



A energia solar é uma fonte alternativa de energia limpa e renovável.

Energia uma meta fundamental nos novos IED em Moçambique

MOÇAMBIQUE PRETENDE atrair 4 biliões de dólares norte-americanos em Investimento Estrangeiro Directo (IED) este ano, representando o dobro do ano passado, segundo o Centro de Promoção de Investimentos (CPI).

O Director-Geral do CPI, Lourenço Sambo, disse que a sua instituição vai promover as potencialidades de energia do País e o sector de mineração, bem como agricultura e infraestrutura, para os investidores estrangeiros da Índia, China e Europa.

"A nossa meta principal é conseguir mais de 4 biliões de dólares de investimentos estrangeiros directos em 2011,

acima dos 2 biliões de dólares no ano passado quando a crise financeira global varreu o mundo, resultando na tendência de queda dos investimentos."

Sambo disse que uma delegação governamental chefiada pelo Primeiro-Ministro, Aires Ali, vai visitar a Índia este ano para buscar investidores.

"Nós não vamos fazer um discurso político lá, mas vamos convidar as empresas indianas para virem ao nosso País e investirem na nossa energia, mineração e agricultura, onde temos potencial, e também para melhorar os nossos corredores de comércio, como portos e ferrovias", disse ele. r

A economia verde é crucial para o desenvolvimento sustentável

por Neto Nengomasha

OS EFEITOS adversos das Mudanças climáticas na sustentabilidade ambiental e bem-estar humano tem forçado muitos países a se afastar do "marrom ou economia tradicional para a" economia verde"- uma opção viável para o desenvolvimento sustentável.

O conceito foi descrito pelos ambientalistas como um paradigma novo e poderoso no século 21 que oferece soluções criativas para os múltiplos desafios globais ligando pessoas, o planeta e a prosperidade.

A economia verde é considerada como aquela que resulta no "bem-estar e melhoria da equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e de escassez ecológica".

Segundo a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA), a economia verde vem de encontro ao contexto de crises graves no clima, biodiversidade, alimentos, combustível e água, e, mais recentemente, as crises financeiras que são caracterizadas por má distribuição do capital bruto enquanto são exacerbadas por políticas existentes e incentivos de mercado.

Um recente relatório da UNEP intitulado "Rumo a uma economia Verde", afirma que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado se houver uma transformação econômica que promova a eficiência dos recursos de energia e reduz a degradação ambiental.

"É hora de catalisar e inserir a transição da economia verde em todo o mundo desde o nível internacional até à comunidade local. A economia verde pode - se apresentado em salas do gabinete, salas de reuniões e Câmara Municipal - oferecer uma alternativa viável para o

status quo insustentável", afirmou o Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Director Executivo do Programa Ambiental da ONU, Achim Steiner.

A União Africana apoiou inteiramente a adoção da economia verde como um veículo para o desenvolvimento sustentável.

"Não é apenas relevante para os Países mais desenvolvidos, mas também um catalisador para o crescimento e erradicação da pobreza nos Países em desenvolvimento também", disse Patrick Mwesigye, Director Regional do Gabinete Industrial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Falando na abertura da Cimeira sobre Economia Verde, realizada em Joanesburgo em 2010, o Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, disse que a economia verde exige estratégias integradas e planos que tenham objectivos de equilíbrio económico, ambiental e social com políticas claras de desenvolvimento e quadros institucionais para garantir o desenvolvimento sustentável.

"A falha do ecossistema vai comprometer seriamente a nossa capacidade de lidar com as nossas prioridades sociais e económicas. Os recursos naturais são bens económicos nacionais, e a nossa economia depende fortemente da energia e dos recursos minerais, biodiversidade, agricultura, silvicultura, pesca e turismo", disse ele.

A economia verde está em consonância com o que foi acordado na 16ª Conferência das Partes (COP 16), realizada no ano passado, em Cancun, no México.



Especialistas em clima concordaram em criar um Fundo Verde do Clima destinado a ajudar os Países em desenvolvimento a se adaptarem aos efeitos das mudanças climáticas e adaptar as suas economias e infra-estrutura para as mudanças climáticas.

A economia verde será um dos dois temas da conferência Rio + 20 que será realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Esta marca 20 anos após a Cimeira da Terra realizada no Rio em 1992. r

África do Sul prepara-se para a COP17

ÁFRICA DO SUL estabeleceu um comité inter-ministerial para liderar a preparação para as futuras negociações sobre as mudanças climáticas marcadas para Durban no final deste ano.

O Ministério das Relações Internacionais e Cooperação será o responsável da comissão.

O Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, disse no seu discurso do Estado da Nação que a conferência deve ser usada como um ponto de encontro para informar e mobilizar comunidades em torno das questões do meio ambiente.

"Nós estamos gratos pela confiança dada a África para acolher este encontro novamente depois do Quênia ter acolhido com êxito em 2006."

Zuma disse que a África poderá tirar proveito da COP17 para ressaltar os efeitos devastadores das mudanças climáticas no continente, bem como as respostas que "estamos a implementar."

As mudanças climáticas tem efeitos devastadores como o aumento da frequência e gravidade das secas e inundações, especialmente em África - o continente é ainda o menor contribuinte de emissões de gases que causam as mudanças climáticas.

"Vamos avançar com o bom trabalho realizado pelo México e trataremos da COP17 num espírito de consulta abrangente e aberta com todas as partes e com as partes interessadas."

"Isso nos permitirá trabalhar no sentido de um resultado que seja abrangente e aceitável para todas as partes", disse o presidente Sul-Africano. r





Comissão sobre a Situação da Mulher

Rumo a igualdade de género

A 55ª COMISSÃO sobre a Situação da Mulher (CSW) esteve recentemente reunida em Nova York para examinar a implementação de vários planos de acção que procuram promover a igualdade de género.

Uma série de resoluções, como a melhoria do acesso à educação e à integração do HIV e SIDA foram aprovadas na reunião.

Num comunicado divulgado após a reunião, a comissão pediu que os governos nacionais e todos os interessados integrem a perspectiva de género na legislação, políticas e programas em todos os sectores, incluindo a educação, formação, ciência e tecnologia a fim de resolver a desigualdade no acesso e participação das mulheres e raparigas na educação.

Foi lançado um apelo para o reforço das capacidades e assegurar que as políticas de educação científica e os currículos sejam relevantes para as necessidades das mulheres e raparigas.

"As partes interessadas devem incorporar sistematicamente a perspectiva de género nas políticas orçamentais em todos os níveis para assegurar que os recursos públicos na educação,



formação, ciência, tecnologia e investigação beneficiem de igual forma homens e mulheres, rapazes e raparigas, e contribuir para o empoderamento das mulheres e raparigas", disse a comissão.

A comissão acrescentou que há a necessidade de garantir que as mulheres e raparigas tenham acesso pleno e igual a educação formal e informal bem como a formação profissional em todos os níveis, incluindo acesso gratuito e obrigatório ao ensino primário.

África Austral garantiu o seu apoio para o sucesso da implementação das resoluções acordadas afirmando que a cooperação entre todas as partes interessadas vai produzir resultados positivos.

A Ministra Namibiana para Igualdade de Género e Bem-

Estar Infantil, Doreen Sioka, que representou a SADC na reunião, disse que a 55ª Sessão da CSW foi crítica uma vez que à prestação de educação e ciência são fundamentais para a emancipação das mulheres.

O tema prioritário para a sessão foi "Acesso e Participação de Mulheres e Raparigas na Educação, Formação, Ciência e Tecnologia, incluindo para a Promoção da Igualdade de acesso da Mulher ao pleno emprego e trabalho condigno".

"A SADC reconhece que a ciência, tecnologia e inovação pode ser uma ferramenta para acelerar a consecução das metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente e de Desenvolvimento do Milénio", disse Sioka, acrescentando que a tecnologia

poderia, por exemplo, facilitar a erradicação da pobreza, mudanças climáticas, e doenças.

Ela disse que a SADC identificou a tecnologia e educação como algumas das ferramentas mais importantes para equipar os seus povos, bem como o desequilíbrio de género, e que já ratificou o Protocolo da SADC sobre a Educação e Formação.

"Hoje há uma tendência acelerada rumo a adopção dos instrumentos legais visando desenvolver, classificar e reconhecer a aprendizagem formal em todo o Continente Africano", disse ela.

Sioka disse que a região também adoptou em Março de 2010, a Quadro Legal Regional da SADC que visa a harmonização do sistema de ensino na África Austral.

O continente Africano observou que, embora um progresso significativo tem sido feito para promover a igualdade de género, ainda há mais por fazer para garantir que todos os obstáculos à igualdade de género sejam abordados.

O Representante Permanente de Moçambique na ONU, Daniel António, falando em nome do Grupo Africano disse: "Nas últimas décadas muitos progressos foram feitos por África na expansão do acesso à educação básica para as raparigas."

"No entanto, muito ainda está por ser feito para tornar a ciência e a tecnologia atraente para as mulheres."

A 55ª sessão da CSW decorreu de 22 Fevereiro - 4 Março. A CSW é o principal órgão global de decisão política dos representantes dos Estados membros que se reúnem para avaliar os progressos em matéria de igualdade de género, identificar os desafios, definir padrões globais e formular políticas para promover a igualdade entre os sexos e o avanço das mulheres no mundo inteiro. r

SADC celebra Dia Internacional da Mulher

A ÁFRICA Austral juntou-se ao resto do mundo na celebração do 100º aniversário do Dia Internacional da Mulher a 08 de Março.

Numa mensagem, o Secretariado da SADC referiu que "2011 é um ano especial porque marca este centenário importante e também o nascimento da 'ONU Mulher, a entidade da ONU para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres'".

"São avanços importantes que exigem uma profunda reflexão de onde nós estamos como uma região e como pretendemos melhorar os nossos esforços na

implementação dos compromissos de género e desenvolvimento".

A mensagem refere que a região continua a elevar os princípios dos direitos humanos, igualdade de género e o empoderamento das mulheres, em conformidade com os vários tratados e protocolos da SADC, incluindo o Protocolo da SADC sobre a Educação e Formação, já em vigor, e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento que deverá ser ratificado este ano.

O secretariado disse que é agradável notar que a região tem feito progressos

significativos em direcção a sua meta de alcançar a igualdade de género na educação.

As taxas de "alfabetização na região da SADC são maiores do que no resto do continente. No entanto, as mulheres ainda têm menores taxas de alfabetização do que os homens."

"Há necessidade de aumentar as unidades de alfabetização para homens e mulheres com abordagens direccionadas à educação básica de adultos para preencher a lacuna de género. Devem ser tomadas medidas para examinar as políticas de taxas escolares, tornando a educação gratuita e obrigatória." r

China amortiza metade da dívida da ferrovia TAZARA

O VICE-MINISTRO chinês do Comércio, Zhong Shan, assinou um acordo com os seus homólogos da Zâmbia e da República Unida da Tanzânia para amortizar 50 por cento da dívida do empréstimo chinês usado para construir a ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA).

O governo chinês tomou a iniciativa por causa da amizade tradicional entre a China e a África, afirmou Zhong na cerimónia de assinatura do acordo, em Lusaka, acrescentando que o povo chinês quer fazer o seu melhor para apoiar o desenvolvimento do povo Africano.

Ele disse que o governo chinês espera que a operação ferroviária com menos dívidas vai impulsionar a economia regional e beneficiar os dois países.

A China financiou a construção da linha ferroviária, a pedido dos líderes da Tanzânia e da Zâmbia em 1970, iniciando com os trabalhos em 1973 e tendo entregue após a conclusão em 1976.

O governo chinês forneceu um empréstimo sem juros de 988 milhões de yuan para completar o projecto, e continuou a fornecer empréstimos e técnicos para assegurar as suas operações.

A TAZARA foi construída para transportar mercadorias da Zâmbia ao porto da Tanzânia em Dar es Salaam, após o encerramento da fronteira da Zâmbia com Rodésia antes da independência do Zimbabwe.

Esta era uma via essencial de comunicação, construída em tempo recorde de menos de três anos e financiado por empréstimos com juros bonificados, num momento em que as agências de desenvolvimento do Norte se recusaram a participar nesta iniciativa. *China Daily r*

Cooperação Sino-África vai aumentar

A CHINA continuará a melhorar as relações económicas e comerciais com a África, aumentando os investimentos na agricultura, finanças, protecção ambiental e nas áreas que dizem respeito os meios de subsistência, afirmou o Ministério do Comércio da China.

"O governo chinês vai continuar a promover as relações Sino-Africano, ao abrigo dos princípios da igualdade, eficácia, benefício mútuo e desenvolvimento comum, sem se importar com as mudanças que ocorrem no mundo", afirmou o porta-voz do Ministério, Yao Jian.

Ele disse que a China promoverá activamente a liberalização do comércio entre a China e os Países Africanos, e vai encorajar as empresas chinesas a investir mais na agricultura em África, manufactura, finanças, comércio e nos sectores de protecção ambiental.

A China é o maior parceiro comercial da África e, no ano passado, a África tornou-se no quarto maior destino do investimento externo Chinês.

O Comércio China-África totalizou cerca de 126,9 biliões dólares norte-americanos em 2010, em comparação com 10 biliões de dólares de há dez anos atrás. No mesmo ano, os

investimentos chineses em África foram superiores a 1 bilião de dólares norte-americanos.

A ajuda chinesa para os Países Africanos vai focar mais em sectores que dizem respeito aos meios de subsistência, como a redução da pobreza, agricultura, educação,

cuidados médicos e água potável, acrescentou Yao.

A China também irá trabalhar com as Nações Africanas para criar um ambiente de negócios mais transparente, justo e previsível para ambas as empresas chinesas e Africanas. *Xinhua r*

BRICS vai promover as relações Sul-Sul

AS NAÇÕES BRICS estão empenhadas em cooperar com os Países desenvolvidos, sem confrontação, afirmou o Ministro dos Negócios estrangeiros da China, Yang Jiechi.

"A cooperação entre os Países BRICS é aberta e inclusiva. É uma parte importante da cooperação Sul-Sul e uma importante ponte para a cooperação Norte-Sul", disse Yang uma recente conferência de imprensa em Beijing.

Ele disse que a China acolherá, nos meados de Abril, uma reunião de líderes dos BRICS, que inclui as principais economias emergentes, nomeadamente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e espera que a reunião possa produzir resultados positivos.

Yang disse que é muito importante reforçar o diálogo entre os líderes, embora o pano de fundo histórico e cultural dos dois Países são diferentes.

Ele disse que a China felicita a África do Sul por aderir ao grupo, e o Presidente Jacob Zuma aceitou participar na reunião.

As nações BRICS desempenharam um papel importante e construtivo na luta contra a crise financeira global e as mudanças climáticas, e tem facilitado a recuperação económica.

"Acredito que os Países BRICS vão desempenhar um grande papel nessas áreas como resultado da reunião", disse Yang. "Esperamos que o encontro possa vir a inovar e promover a nossa cooperação para trazer mais benefícios para nosso povo".

As nações BRICS estão a desenvolver uma cooperação eficaz na protecção do ambiente, negócios e comunicação comercial. r

Destques do Plano de Acção China-África (2010-2012)

CHINA E África reuniram-se em Sharm El Sheikh, no Egipto, em Novembro de 2009, na sua IV Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e concordaram com um plano de acção para 2010-2012, que incide sobre uma série de questões, entre elas a necessidade de:

- Aprofundar a cooperação China-África e fixar um exemplo de cooperação Sul-Sul;
- Fortalecer o intercâmbio entre os partidos políticos e melhorar a partilha de experiências em matéria de governação;
- Apoiar reformas destinadas a melhorar a autoridade e a eficácia das Nações Unidas;
- Trabalhar em conjunto no combate às mudanças climáticas;
- Priorizar a agricultura e a segurança alimentar na sua cooperação;
- Promover a celebração e execução dos acordos bilaterais de promoção e protecção dos investimentos, e criar um ambiente salutar, com vista a aumentar o investimento mútuo;
- Aumentar o investimento em infra-estrutura;
- Promover o comércio entre a China e África;
- Aumentar os voos e ligações marítimas entre a China e África;
- Compartilhar experiências na redução da pobreza;
- Reforçar o sector da saúde;
- Aumentar o intercâmbio turístico e cultural; e
- Implementar um plano de intercâmbio e pesquisa conjunta China-África para reforçar a cooperação e partilha de experiências entre pesquisadores e grupos de reflexão. r



Seychelles: Eleições presidenciais marcadas para Maio

AS SEYCHELLES terão eleições presidenciais em Maio, nas quais actual Presidente, James Michel, vai enfrentar quatro outros candidatos.

Segundo uma lista divulgada pela Comissão Eleitoral daquele arquipélago do Oceano Índico, as eleições presidenciais serão disputadas pelo actual Presidente James Michel, pelo principal líder da oposição, Wavel Ramkalawan, do Partido Conselho Nacional das Seychelles (SNP), Ralph Volcere, do Novo Partido Democrático (NDP) e os candidatos independentes Philippe Boule e Marston St. Ange.

A comissão fixou os dias 19-21 de Maio como datas para as eleições presidenciais. Segundo a comissão, o dia 21 de Maio será o "dia principal" para a votação. Devido às distâncias em todo o arquipélago, as outras ilhas começarão a votar nos dias 19 e 20 de Maio para



Presidente James Michel e outros quatro candidatos irão disputar as eleições presidenciais nas Seychelles.



permitir que o exercício seja concluído a tempo e os boletins de voto entregues de volta à principal ilha de Mahé.

A contagem dos votos e o anúncio do resultado final terá lugar em Mahé

Michel vai concorrer para um segundo mandato para o Partido Pep Le (LP) e tem grandes possibilidades de ser reeleito para outro mandato de

cinco anos. O seu companheiro da corrida será o Vice-Presidente Danny Faure.

Ramkalawan aliou-se a Nicholas Preá, o legislador do SNP no círculo de Bel Ombre do Norte Mahe.

Volcere anunciou a sua intenção de disputar as eleições, enquanto a advogada Boule, baseada em Victoria, e o operador de turismo, St. Ange,

completam a lista de candidatos.

As últimas eleições presidenciais nas Seychelles foram realizadas em Julho de 2006 em que Michel derrotou Ramkalawan e Boule.

O Presidente é eleito pelo voto da maioria absoluta através de um sistema de duas voltas para um mandato de cinco anos. r

África do Sul em eleições locais

OS SUL-AFRICANOS vão às urnas a 18 de Maio para escolher os vereadores do País nas terceiras eleições autárquicas desde o fim do apartheid em 1994.

O Ministro interino do Governo Cooperativo e Assuntos tradicionais, Nathi Mthethwa, anunciou a data das eleições em Março.

A Comissão Eleitoral Independente (IEC) realizou o recenseamento eleitoral final a 6 de Março e registou 1,5 milhão de novos eleitores para as eleições municipais.

A CEI fixou 18 de Março para a certificação da lista de eleitores "para ser usado para a eleição, com 25 Março sendo o prazo para todos os partidos políticos e candidatos independentes notificarem a Comissão da sua intenção de participar na eleição.

"O calendário eleitoral dá clareza sobre todos os aspectos do processo eleitoral e das suas actividades principais, bem como as datas e os horários em que deverão ter lugar, o calendário é juridicamente vinculativo e não existem disposições discricionárias", afirmou o Chefe da Comissão Eleitoral Independente, Pansy Tlakula.

Mais de 160 partidos políticos haviam se cadastrado no IEC para as próximas eleições, com Tlakula dizendo que a lista definitiva dos candidatos concorrentes será publicada a 12 de Abril.

A luz dos regulamentos da IEC, um partido político que concorre em todos os círculos eleitorais deve ter um máximo de 9.086 candidatos para as eleições directas e um depósito

de até R633, 000 (cerca de 90.000 dólares EUA). O depósito é reembolsável caso o partido consiga ganhar pelo menos um assento no conselho municipal ou se o seu candidato receber pelo menos 10 por cento do número total dos votos obtidos nas urnas.

"Os eleitores que vivem em municípios metropolitanos terão dois votos cada um, um para o candidato da ala de escolha e um para o partido da sua escolha. Nos conselhos locais, eles vão ter três votos, um para a ala e um para o partido de escolha e um para um candidato ao conselho do distrito", acrescentou Tlakula. Pela primeira vez desde o alvorecer da democracia, em 1994, a África do Sul vai introduzir este ano votos especiais para as eleições locais.

O voto especial está reservado para as mulheres grávidas e os doentes. Estes serão autorizados a exercer o seu voto um dia antes do dia da eleição, mas terão de se inscrever antes 03 de Maio, a fim de se qualificarem para a votação especial.

Tlakula disse a 17 de Maio para funcionários da IEC que vai efectuar visitas domiciliárias para os eleitores registados que se qualificarem para votos especiais e que incluem mulheres grávida e aqueles que não podem caminhar para a sua mesa de votação mais próxima, como resultado do mau estado de saúde.

Numa outra primeira inovação no seio da SADC, o IEC também apresentou registo por telefone móvel dos eleitores. r

EVENTOAS DIÁRIOS Abril – Junho 2011



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 13 No 3 Abril 2011

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Kizito Sikuka, Joseph Ngwavi, Egline Tauya,
Neto Nengomasha, Phyllis Johnson, Agatha Njanike

CONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 Phyllis Johnson, environmentgreen.com, kollewin.com; P1, 2, 8, 9, 10 SARDC;
P1, 13 APG; P2 Leonissah Munjoma; P4 The Herald; P5 tripadvisor.com;
P6 safarigateway.com; P10 renewableenergy.com, zmscience.com, ecofriend.com;
P11 unep.org; P12 idiva.com; P14 resortsandislands.com, thecommonwealth.org

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net conhecimento para o Desenvolvimento

Com o apoio das seguintes companhias aéreas:
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia,
South African Airways, Air Mauritius, TAAG Angolan Airlines
e Air Zimbabwe



<p>Abril 1, Namíbia</p>	<p>Reunião de Ministros da Justiça da SADC Esta reunião vai discutir vários assuntos ligados a legislação na região. O principal ponto da agenda serão recomendações sobre o papel e funções do Tribunal da SADC.</p>
<p>1, África do Sul</p>	<p>PP África Produtores Independentes de Energia (PIE) do Mundo e da África vão buscar soluções para os produtores de energia, empresas, investidores e governo sobre como aumentar a capacidade de energia através de PIEs.</p>
<p>14, China</p>	<p>Cimeira de Chefes de Estado do BRICS A cimeira deste ano vai assistir a entrada da África do Sul no grupo BRICS dos mercados emergentes, que inclui Brasil, Rússia, Índia e China.</p>
<p>17-21, Namíbia</p>	<p>IV Conferência dos Ministros da Saúde da União Africana A conferência vai decorrer sob o tema "O Impacto das Mudanças Climáticas sobre a Saúde e Desenvolvimento em África" e procurará explorar as formas para o continente enfrentar os efeitos das mudanças climáticas sem África.</p>
<p>Por indicar, África do Sul</p>	<p>II Cimeira tripartida COMESA-EAC-SADC Chefes de Estado e de Governo das três comunidades económicas regionais vão se reunir na sua segunda cimeira para discutir formas de promover uma maior integração entre os Estados-Membros. O destaque principal da cimeira será a aprovação de um plano de acção para o lançamento do Grande Área de Comércio Livre que vai englobar 26 Países da África Oriental e Meridional em 2012.</p>
<p>Maio 4-6, África do Sul</p>	<p>Fórum Económico Mundial para África Os líderes Africanos e da comunidade empresarial internacional vão se reunir na África do Sul para discutir os desafios e as oportunidades de crescimento em África.</p>
<p>19-20, Etiópia</p>	<p>IV Reunião dos Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais da União Africana A reunião vai deliberar vários assuntos que incluem a transformação da Comissão da União Africana em Autoridade da União Africana.</p>
<p>26, Botswana</p>	<p>Ministros de Energia da SADC Os Ministros da SADC responsáveis pela Energia reúnem-se para rever o programa de planeamento regional de energia para complementar o roteiro de recuperação de energia criado para enfrentar a escassez de energia que a região enfrenta</p>
<p>Maio 30 – 3 Junho, Namíbia</p>	<p>Ministros da Educação e Formação da SADC O encontro vai discutir formas de harmonizar o sistema de ensino na região para garantir que os Estados-Membros sejam capazes de comparar e reconhecer as qualificações.</p>
<p>Junho 13-16, Namíbia</p>	<p>Reunião Ministerial do Género da SADC A reunião está prevista para acompanhar o progresso na implementação de vários planos de acção que visam promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, nomeadamente os progressos no sentido da ratificação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.</p>
<p>13-17, Zâmbia</p>	<p>Comité Ministerial do Órgão de Defesa e Segurança da SADC O órgão vai deliberar sobre uma série de questões destinadas a promover a paz e a segurança na região da SADC.</p>
<p>14-16, França</p>	<p>Fórum de Energia de África Especialistas em energia irão explorar formas como a África, sendo um dos mercados emergentes no mundo, vai atender à crescente demanda por energia para garantir o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>20-23, África do Sul</p>	<p>Cimeira de Investimento em África A cimeira vai oferecer oportunidades para o continente procurar formas de atrair investimentos em vários sectores, como energia, infra-estrutura, mineração e agricultura.</p>

2002

2002

Angola marca o fim da guerra

O DIA 04 de Abril marca o nono aniversário do fim oficial da guerra civil em Angola em 2002 e é comemorado como Dia da Paz e Reconciliação.

Uma das datas mais importantes no calendário político angolano, este dia marca a assinatura do acordo entre o Governo angolano e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). O acordo pôs termo a três décadas de guerra civil em Angola.

Angola tornou-se independente de Portugal a 11 de Novembro de 1975 na sequência de uma luta de libertação prolongada levada a cabo pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA).

O golpe de Estado desencadeado pelo Movimento Progressivo das Forças Armadas (MFA) em Lisboa no ano anterior acabou com o sistema ditatorial em Portugal, que tinha visto os "territórios ultramarinos", como parte integrante do País mais pobre da Europa.

O gatilho para a acção por parte do MFA era a sua frustração e crescente rejeição das guerras nos territórios ultramarinos, e sua acção marcou o início de um processo de democratização em Portugal e de negociações com as ex-colónias.

Após a independência, Angola entrou num período negro de uma sangrenta guerra civil entre os três principais grupos políticos - MPLA, Unita e a pequena facção da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

O conflito angolano chamou a atenção dos Estados Unidos e da União Soviética, tornando-se um País onde as superpotências decidiram enfrentar uns aos outros através de homens armados aliados locais.

O MPLA está no Governo em Angola desde a independência, enquanto a Unita, liderada pelo falecido Jonas Savimbi, combatia ferozmente e militarmente contra o governo, com a ajuda do apartheid da África do Sul até o fim do apartheid em 1994 e a morte de Savimbi, em Fevereiro de 2002.

A Unita rapidamente depôs as suas armas e se juntou a política, tornando-se o principal partido da oposição em Angola. O cessar-fogo foi formalizado com um acordo de paz que foi assinado pelo Governo e pela Unita a 4 de Abril de 2002.

O dia 04 de Abril é, portanto, um dia de esperança na reconstrução do País e da consolidação do processo de paz entre os partidos políticos.

Vários eventos culturais e desportivos são realizados em todo o País para celebrar este dia.

Na capital, Luanda, existem vários eventos oficiais que envolvem a participação do governo e dos políticos.

Nos nove anos de paz, o governo angolano tem sido activo na tentativa de cumprir os seus compromissos, nomeadamente a reintegração social dos ex-inimigos militares, fornecimento de abrigo, apoio e outra assistência para as pessoas deslocadas internamente e os antigos refugiados.

O governo de Angola desde o fim da guerra civil delineou estratégias diferentes para garantir a recuperação da economia, a reconstrução da principal infra-estrutura destruídas pela guerra, a luta contra a pobreza, a consolidação da reconciliação nacional e o aprofundamento da democracia.

Angola é hoje o maior produtor africano de petróleo.

O DIA da bandeira nacional, 25 de Abril, é feriado na Swazilândia. A bandeira nacional, simbolizando a herança real da Swazilândia e a longa história foi adoptada oficialmente em 1968, aquando da independência Swazilândia da Grã-Bretanha. A bandeira é composta de três listras horizontais - uma faixa azul na parte superior e inferior separadas por uma faixa vermelha debruado de amarelo. Colocado centralmente sobre a faixa vermelha está um escudo preto e branco tradicional da Suazilândia, com duas lanças e um bastão decorado com borlas de penas. A cor azul da bandeira representa a paz, enquanto a insígnia simboliza a monarquia, e a cor amarela representa a riqueza mineral do País. O vermelho simboliza as batalhas do passado. As bandeiras são hasteadas nas Cidades da Swazilândia, a 25 de Abril, e as festas tradicionais incluem desfiles e outras actividades públicas.



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril – Junho 2011

4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação Dias dos Heróis	Angola Lesotho
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
22 Abril	Sexta feira Santa	SADC excepto Madagascar, Maurícias, Moçambique
23 Abril	Sábado Santo	Zâmbia
25 Abril	Segunda feira de Pascoa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC
1 Maio	Dia do Trabalhador	RDC, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia
	Dia do Trabalhador	Zimbabwe Angola, Botswana, Malawi, Madagascar, Maurícias, Seychelles, Swazilândia
2 Maio	Feriado Publico	Toda SADC
4 Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
14 Maio	Dia de Kamuzu	Malawi
17 Maio	Dia da Libertação	RDC
25 Maio	Dia de África	Angola, Lesotho, Namíbia, Zimbabwe
	Dia da Liberdade	Zâmbia
1 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
2 Junho	Dia de Ascensão	Botswana, Lesotho, Madagascar, Namíbia, Swazilândia
5 Junho	Dia da Libertação	Seychelles
12 Junho	Domingo de Pentecostes	Madagascar
13 Junho	Segunda feira de Pentecostes	Madagascar
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagascar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC